



Senado conclui na terça votação da reforma política

Projeto foi aprovado pelo Plenário na quarta-feira, mas ainda falta analisar a redação final do texto, que recebeu muitas emendas durante a sessão

A proposta original que saiu da Câmara recebeu mais de 110 sugestões de mudanças no Plenário do Senado. Por isso, os senadores acharam prudente analisar a redação consolidada antes de enviar o projeto para nova votação dos deputados. A oposição adiantou que vai comparar o texto com as notas taquigráficas da sessão para garantir que a redação final reflita o que foi decidido. A principal

novidade na reforma política aprovada pelos senadores foi a proibição de as empresas doarem dinheiro aos candidatos e aos partidos políticos. Já as pessoas físicas estão autorizadas a contribuir até o limite do total de rendimentos tributáveis do ano anterior ao repasse dos recursos. Para valer, a regra terá de ser mantida pelos deputados federais e sancionada pela presidente da República. 4



Jefferson Rudy/Agência Senado - 1/9/2015

Na instalação da comissão, o presidente, Otto, o vice, Jucá, e o relator, Blairo

Comissão começa a analisar projetos da Agenda Brasil

A Comissão Especial do Desenvolvimento Regional, que foi instalada no início da semana, começará a funcionar na terça-feira. O grupo tem como missão discutir os projetos inseridos na Agenda Brasil, que foi apresentada ao governo pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de ajudar o país a sair da crise e retomar o crescimento econômico. 5

Vai para a Câmara punição a quem usa trabalho escravo 3

Projeto prevê benefício a cidade com hidrelétrica 7

Redução da burocracia está na pauta dos senadores 5



Mauro Vieira (E), ao lado de Aloysio Nunes Ferreira, também comentou as eleições na Venezuela

Para ministro, corte de embaixadas não ajudará o Itamaraty

Reduzir o número de embaixadas não solucionará a crise financeira do Itamaraty, que vem sofrendo com cortes orçamentários e com a alta do dólar, segundo o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O fechamento de representações diplomáticas já foi adotado antes e só gerou mais prejuízos, afirmou Vieira à Comissão de Relações Exteriores. Para o ministro, a presença do Brasil no exterior abre portas e cria oportunidades comerciais e é muito mais importante racionalizar os gastos. 8

Colegiado aprova diplomata para Bolívia 8

Subsídio a energia elétrica é questionado 2

Prazo de inscrição no Cadastro Rural pode ser adiado 3

CPI do Carf ouviu depoimento sobre transações suspeitas

Um ex-funcionário de empresas acusadas de participarem de esquema de fraude nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais depôs ontem à CPI que investiga o órgão. Hugo Borges disse que a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau e o ex-governador do Ceará Cid Gomes reuniram-se várias vezes em 2011 e 2012 com empresários investigados pela Operação Zelotes. Afirmou ainda que fazia transações financeiras de grande valor para os empresários e chegou a sacar R\$ 1,2 milhão em uma semana. 7

Jornalista: esquema na Fifa se originou no Brasil



Wellémir Barreto/Agência Senado

O jornalista escocês Andrew Jennings, autor de livros sobre o futebol e colaborador do FBI, disse à CPI do Futebol que João Havelange levou o modus operandi da corrupção do Brasil para a Fifa nos anos 70 e que seu sucessor, Joseph Blatter, deu continuidade às irregularidades na entidade máxima do esporte.

O presidente da CPI, Romário, afirmou que fará um novo pedido de acesso aos contratos da CBF referentes à Seleção Brasileira e aos patrocinadores. A entidade obteve liminar judicial e ficou desobrigada de enviar os papéis à CPI. 6

Romário conversa, ao lado de Wellington Fagundes, com o jornalista escocês Andrew Jennings, da BBC

Participantes de audiência sobre projeto que concede subsídio de energia elétrica para o turismo de aventura, rural e ecoturismo apontaram a possibilidade de aumento na conta de outros consumidores



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Daniel Mendonça (E), Marcos Franco, Hélio José, Fragmar Leite e Leandro Caixeta na Comissão de Assuntos Econômicos

Debate aponta riscos de subsídio ao turismo rural

CASO SEJA APROVADA a concessão de tarifa subsidiada de energia em favor de empreendimentos de turismo rural, ecoturismo e de aventura, haverá repasse de custo para outras classes de consumidores, segundo participantes de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O debate foi proposto por Hélio José (PSD-DF), relator de projeto que prevê o subsídio (PLS 46/2012).

A proposta é do ex-senador Lauro Antônio e estende aos três segmentos turísticos a tarifação especial de energia já assegurada à classe rural e subclasses.

Classificação

Leandro Caixeta Moreira, assessor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), apresentou a classificação geral dos consumidores do sistema elétrico. Entre as oito classes, estão a residencial, a industrial, a comercial e a rural. Esta última já é detentora de diferentes graus de benefícios tarifários, a depender da subclasse. Consumidores residenciais de baixa renda também são subsidiados.

Os subsídios existentes são todos contabilizados por meio da chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em parte, explicou o assessor, a conta da CDE vinha sendo coberta pelo governo, mas a crise fiscal obrigou um corte de R\$ 11,8 bilhões de repasse do Tesouro para cobrir a despesa. Assim, o custo da conta passou a ser pago apenas por meio das tarifas, o que provocou um impacto de 18% no valor da fatura dos consumidores residenciais, comerciais e industriais.

— Então, essa é uma reflexão importante quando se falar em subsídio: fica claro que um setor será beneficiado, mas também que isso importará em custo para os demais, e há de se avaliar se esse custo não é maior do que o benefício dado ao setor atendido — alertou.

O diretor de Gestão do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia, Marcos Franco Moreira, destacou que os custos das tarifas acabaram pressionando a inflação.

Por outro lado, salientou que “centenas” de segmentos reivindicam subsídios, o que pode implicar mais aumentos tarifários.

— Por questão de isonomia, nós vamos sempre nos posicionar contra subsídios. Não podemos abrir a porteira — afirmou.

Daniel Mendonça, diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), contestou a ideia de que as empresas estão arrecadando muito, agora que o governo adotou o “realismo tarifário”, deixando de controlar o preço da energia para controlar a inflação.

Segundo Mendonça, as distribuidoras ficam com apenas R\$ 14 de cada R\$ 100 de receita com a distribuição de energia. Os tributos recolhidos podem chegar a mais de 50% da conta paga pelo consumidor. Já o resultado líquido das empresas, assinalou, fica ao redor de 6%, apenas.

O diretor da Abradee crescentou que, obrigatoriamente, qualquer novo custo e subsídio vai afetar o consumidor final, já que a margem das empresas é fixa.

— O equilíbrio econômico do contrato tem que ser

mantido — disse o dirigente.

Os representantes do Ministério de Minas e Energia e das distribuidoras citaram a afirmação usual entre economistas de que “não existe almoço grátis”.

Defesa

O presidente do Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal (RuralTur), Fragmar Diniz Leite, defendeu o projeto de concessão do subsídio aos empreendedores do segmento.

— Ao contrário de países como Portugal e França, o turismo rural no Brasil sobrevive sem qualquer estímulo ou financiamento adequado para a atividade — afirmou.

No entanto, observou que o turismo rural proporciona amplos benefícios à sociedade, sobretudo por desenvolver atividades sustentáveis, com proteção à biodiversidade, respeito à natureza e às paisagens naturais, sem produzir poluição e preservando as tradições locais.

Outra vantagem é o estímulo ao desenvolvimento social das comunidades.

A representante do Ministério do Turismo, Fabiana Oliveira, destacou o trabalho da pasta para a organização dos diferentes segmentos turísticos, inclusive o rural. A seu ver, ainda falta a esse segmento normas específicas.

Fabiana admitiu, por outro lado, que não existe hoje um cadastro dos empreendimentos de turismo rural, ecoturismo e de aventura que possa dar suporte à concessão do subsídio, caso seja aprovado, sem dar margem à requisição indevida por outros setores turísticos.

Visitas ao Congresso estão suspensas para troca de carpetes no Plenário

Até segunda-feira, a visita ao Congresso está suspensa para troca de carpetes no Plenário e no Salão Azul do Senado. De terça a quinta, haverá apenas visitas por agendamento, que pode ser feito no site do Congresso (<http://bit.ly/AgendarVisitaCongresso>). A sessão não deliberativa do Senado, que aconteceria hoje pela manhã, também foi cancelada.

A substituição dos carpetes vem sendo feita por etapas. Nos dois últimos finais de semana foram trocadas as coberturas das galerias e do cafezinho.

Os carpetes do Plenário não eram trocados há mais de dez anos. O serviço é uma solicitação antiga dos senadores, que reclamam dos problemas respiratórios causados em função da poeira e dos ácaros.

Transtorno mental é tema de especial na Rádio Senado

O Dia Mundial de Prevenção do Suicídio é 10 de setembro. O objetivo é alertar para o fato de que 90% dos casos poderiam ser evitados, por estarem associados a doenças mentais diagnosticáveis, como a depressão.

Para lembrar a data, a Rádio Senado reapresenta hoje, amanhã e domingo, a reportagem especial “Toda loucura é protegida?”. Especialistas em saúde mental, pacientes e familiares de pessoas que sofrem com transtornos mentais foram ouvidos.

A produção da jornalista Larissa Bortoni mostra como é o tratamento dos doentes 14 anos depois da Lei Antimanicomial (Lei 10.216/2001). Apesar dos benefícios trazidos

com a nova legislação — que determina que a internação só aconteça quando o tratamento fora do hospital se mostrar ineficaz —, a agilidade se restringiu à extinção de leitos psiquiátricos. O ritmo foi bem mais lento para a criação dos espaços para o acolhimento de pacientes em tratamento não hospitalar, os centros de atenção psicossocial (Caps). Menos ágil ainda está o programa de residências terapêuticas, que nem sequer existe em alguns estados.

OUÇA O PROGRAMA

- ▶ Hoje: às 18h
 - ▶ Amanhã: às 10h
 - ▶ Domingo: às 17h
- www.senado.leg.br/radio



Pedro Franco/Agência Senado

A foto de Benedito de Lira (PP-AL) foi colocada ontem na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ele participou da cerimônia, ao lado de Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira e Ana Amélia.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS Violência no Amazonas

9h Audiência pública interativa na Assembleia Legislativa do Amazonas para debater as políticas públicas de combate à violência contra jovens no estado.

CRA Inspeção de produtos de origem animal

14h A comissão debate, em Esteio (RS), o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Entre os convidados, representante do Ministério da Agricultura.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, **audiência pública da Comissão de Reforma Agrária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

De acordo com proposta aprovada ontem, produtor que for condenado por manter trabalhador em situação de escravidão ficará proibido de obter crédito rural subsidiado

Projeto contra trabalho escravo vai para Câmara

O PROJETO DE lei que proíbe o produtor que mantiver trabalhador em situação análoga à de escravo de ter acesso a crédito rural subsidiado foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e agora vai para a Câmara dos Deputados.

O PLS 540/2011 prevê essa sanção para os casos em que o produtor tiver sido condenado pela Justiça e não tiver mais como recorrer da sentença.

No projeto de lei original, o autor, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), vedava o acesso a crédito rural subsi-

diado a partir da autuação pelos fiscais do Ministério do Trabalho motivada por constatação da prática de trabalho escravo.

No entanto, o relator na CRA, senador Dário Berger (PMDB-SC), apresentou um substitutivo para determinar que a sanção seja aplicada somente após condenação do empregador em sentença penal transitada em julgado.

— Não posso me conformar e não é possível, na minha opinião, [o produtor] ficar submetido à decisão administrativa de apenas um fiscal. Isso



Senador Dário Berger, que relatou a proposta e sugeriu nova regra para a sanção

fere amplamente o direito de defesa, o contraditório, e seria uma imposição extremamente radical — afirmou Berger.

Na opinião do relator, a mudança sugerida no substitutivo mantém o rigor no combate ao trabalho escravo

e assegura o direito de ampla defesa, com punição condicionada à comprovação do crime na esfera judicial.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), havia sido a relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e considerou acertada a mudança prevista no substitutivo.

— Esta questão é muito sensível. Às vezes há julgamento subjetivo do que é trabalho escravo e acaba você cometendo uma injustiça por conta dessa avaliação — afirmou a senadora.

Avança prorrogação do Cadastro Ambiental Rural até 2018

O prazo para inscrição das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) poderá ser prorrogado até maio de 2018 se o Código Florestal (Lei 12.651/2012) for modificado como previsto em projeto (PLS 287/2015) do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A proposta foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

(CRA), mas, para ser convertida em lei, precisa passar pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e depois pela Câmara dos Deputados.

De acordo com as regras em vigor, os agricultores têm até maio de 2016 para fazer a inscrição obrigatória no CAR. O cadastro foi implantado em maio de 2014 e, inicialmente, os agricultores tiveram um ano

para o cadastramento. A baixa adesão, no entanto, levou o governo a conceder mais um ano, conforme previsão legal.

Na avaliação de Jucá, os nove meses que restam até a data final serão insuficientes para a inscrição de todos os 5,2 milhões de estabelecimentos rurais do país e, por isso, ele propõe a ampliação do prazo. Como observa, o CAR é con-

dição para a regularização de passivo ambiental e também pré-requisito para acesso ao crédito rural.

Em voto favorável ao projeto, o relator na CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), afirma que apenas um terço dos imóveis rurais foram cadastrados até o momento e aponta dificuldades regionais no acesso ao CAR.

— Concordamos com a dila-

tação do prazo original, tendo presente a quantidade de imóveis rurais ainda pendentes de cadastramento ambiental, a despeito do acelerado ritmo de regularização observado nos últimos meses por todo o país, o que só demonstra o compromisso dos produtores com a sustentabilidade do agronegócio — observou o relator.

Sistema nacional de inspeção em debate no RS

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal será tema de debate amanhã, no auditório do Parque de Exposições Assis Brasil, no município de Esteio, no Rio Grande do Sul. A audiência pública, requerida pela senadora Ana Amélia (PP-RS), é promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUSASA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção

de produtos de origem animal para garantir a segurança alimentar.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, é uma das convidadas para a audiência. Também devem participar Ernani Polo, secretário da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul; Rodrigo Lorenzoni, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS; Melvis Barrios Junior, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS; Francisco Saraiva Júnior, presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários; e representantes de federações

e associações de produtores e trabalhadores na agricultura.

A discussão faz parte do ciclo de palestras e debates da CRA, planejado para acontecer durante o biênio 2015-2016 com o objetivo de subsidiar os trabalhos da comissão com depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira. Os principais focos são a sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar, sistema tributário e reforma agrária.

Plano de política agrícola pode passar a ser plurianual

O plano de incentivos que o governo lança anualmente para o setor rural, com ações de política agrícola para a agricultura empresarial e familiar, poderá ser plurianual, por períodos não inferiores a dois anos, conforme substitutivo de Ana Amélia (PP-RS) ao PLC 54/2015, aprovado ontem na Comissão de Agricultura (CRA). Pelo texto, as ações de política agrícola deverão ser implantadas em todo o país, abrangendo medidas relativas a crédito

rural, comercialização, seguro rural, redução de risco, zoneamento agrícola, defesa sanitária animal e vegetal, cooperativas, agroindústrias, assistência técnica e pesquisa agropecuária.

O autor, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), previa lei específica sobre planejamento do agronegócio, mas Ana Amélia preferiu incluir um artigo na lei que dispõe sobre política agrícola (Lei 8.171/1991). A proposta segue para o Plenário.

Proposta estimula produção de peixes integrada à agricultura

Projeto que prevê incentivos à produção de peixes integrada à agricultura é mais um item que, incluído na Agenda Brasil, terá votação prioritária no Senado. A proposta (PLS 341/2013), do senador Benedito de Lira (PP-AL), está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que vai apresentar seu plano de trabalho na semana que vem.

A comissão foi instalada na última terça-feira para exame dos projetos da agenda, que busca soluções para melhorar a economia e retomar o crescimento.

Em dezembro de 2014, o projeto foi aprovado na Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE), onde teve como relator o senador Blairo Maggi (PR-MT). O texto foi então encaminhado à Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde é relatado pelo senador Jorge Viana (PT-AC), que o encaminhou para reexame da comissão especial, mantendo a relatoria.

O PLS 341/2013 incentiva a utilização de resíduos provenientes da piscicultura na adubação de solo para plantio. O texto inclui na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/2009) a atividade de produção de

peixes integrada à de vegetais.

O objetivo é promover ganhos de produtividade nas duas atividades por meio da transformação de alimentos, gestão de resíduos, utilização racional da água e geração de combustível.

O projeto prevê incentivos fiscais, crédito rural diferenciado e prioridade nas compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos para o agricultor familiar que conjugar piscicultura e agricultura.

Entre os benefícios propostos pelo projeto aos produtores, estão a dispensa do

licenciamento ambiental para empreendimentos de pequeno porte, prioridade na concessão e renovação de

outorga para uso de recursos hídricos e isenção da cobrança pelo uso de recursos hídricos para agricultores familiares.



Projeto prevê incentivos ao produtor familiar praticante das atividades conjugadas

Renan marca votação da redação final da reforma política para terça

Senadores querem verificar se o texto consolidado está de acordo com o aprovado em Plenário, porque muitas emendas foram incluídas

O SENADO DEVE votar na terça-feira a redação final do projeto de reforma política. Como muitas emendas foram aprovadas durante a sessão do Plenário de quarta-feira, quando foi aprovada a proposta (PLC 75/2015), os senadores acharam mais prudente analisar o texto consolidado antes de enviá-lo à Câmara. A redação final será votada depois de publicado o parecer, com a votação destacada de cada emenda.

— O compromisso é avaliar antecipadamente para que possamos ao final e ao cabo proceder à apreciação da redação final — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A principal mudança feita pelos senadores no projeto enviado pela Câmara foi o veto às doações feitas por empresas às campanhas eleitorais.

A oposição disse que vai comparar o texto com as notas taquigráficas e as imagens da sessão para checar se a redação final realmente reflete o que foi aprovado. O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que algumas “inconformidades” já foram observadas por sua assessoria.

— Pela importância da matéria, é preciso fazer esse trabalho com cautela, com o cuidado devido, para que não tenhamos uma sessão nula de pleno direito, por equívocos que podem ter sido praticados no processo de votação — afirmou.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), reclamou que a redação final não ficou pronta até ontem e estava prevista para a semana que vem. Como a sessão de análise já está marcada para a terça, ele teme que será pouco o tempo para analisar o texto.

— A metodologia fugiu totalmente à

regra de discussão de qualquer matéria. Vivemos uma situação inédita, um verdadeiro pot-pourri, alegando o relator que o caráter de urgência lhe dá prerrogativas, mas o uso dessas prerrogativas feriu em muito a transparência da votação das matérias — protestou Caiado.

O relator da Comissão da Reforma Política, Romero Jucá (PMDB-RR), assegurou que a votação respeitou o regimento. Afirmou também que foram apresentadas mais de 100 emendas e para algumas delas, por falta de tempo, o parecer teve que ser dado durante a sessão plenária.

— Respeitamos as decisões da comissão e do Plenário. Inclusive em questões que eu não concordava, não me furtei ao debate e até abri o debate. Quero registrar isso, porque agimos de acordo com o regimento — afirmou Jucá.

Viana crê que Câmara manterá proibição a doações de empresas

Jorge Viana (PT-AC) acredita na manutenção, pela Câmara, da proibição de doações de empresas às campanhas políticas. Ele é autor da primeira emenda com esse fim ao projeto da reforma política aprovado no Senado.

— Estou muito otimista e acho que a questão do fim do financiamento empresarial com o fim das coligações proporcionais são as duas questões centrais da reforma política — disse.

Viana destacou como positivos outros pontos do texto: o limite de gastos nas campanhas e a restrição de acesso ao Fundo Partidário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Lindbergh, decisão do Senado pode influenciar STF

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a aprovação do projeto da reforma política é uma “vitória histórica”. Para ele, o principal efeito será influenciar a posição do Supremo Tribunal Federal sobre ação que pede o fim do financiamento de empresas a campanhas. O julgamento está parado desde abril de 2014, quando o ministro Gilmar Mendes pediu vista.

— Espero que nos próximos dias o ministro entregue seu voto, o Supremo decida isso e, assim, a gente passe a organizar as eleições, já a partir de 2016, sem o financiamento empresarial — disse o senador.



Genaldino Magela/Agência Senado

Medeiros: população queria campanha sem verba de empresas

Não é a reforma desejada pelo povo, mas é a reforma possível. A opinião é de José Medeiros (PPS-MT), ao falar sobre o projeto de reforma política (PLC 75/2015) aprovado pelo Senado na quarta-feira. O senador destacou o fim do financiamento de empresas para campanhas como uma das medidas mais importantes.

— Esse era um dos temas que estava agonizando a população, os empresários e a própria classe política — afirmou.

Medeiros disse esperar de que a proibição ao financiamento de empresas seja mantida na Câmara.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Regras aprovadas são pouco significativas, na opinião de Caiado

Poucas propostas contidas no PLC 75/2015 são passíveis de aplicação prática, na opinião de Ronaldo Caiado (DEM-GO), pois tramitam como projeto de lei, quando deveriam tramitar como proposta de emenda à Constituição (PEC). Para o senador, questões polêmicas, como o financiamento de campanha e as regras para a troca de partidos, aprovadas na quarta, não terão efeito concreto. Isso só ocorrerá, frisou, quando o Senado votar a PEC 113/2015, aprovada na Câmara.

— Infelizmente, [essa PEC] está engavetada na Comissão de Constituição e Justiça.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário aponta pontos positivos e negativos do projeto

Três avanços importantes foram apontados no projeto da reforma política por Telmário Mota (PDT-RR). O senador mencionou a proibição do financiamento de empresas a candidatos, as restrições à troca de partido no curso do mandato e a ameaça de perda do mandato por desrespeito ao programa do partido. Em compensação, Telmário prometeu ir ao Plenário usando uma mordaza, na próxima semana, em protesto contra a proibição de uso de carro de som alternativo em campanha nas ruas.

Ele ainda defendeu mais incentivos à atividade pesqueira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Agripino defende contribuições só para partidos

O presidente do DEM, Agripino Maia (RN), defende a manutenção do financiamento empresarial às campanhas, desde que destinado aos partidos, e não aos candidatos.

— Eu já vivi o modelo de financiamento de campanha apenas por pessoas físicas e vi que é uma porta aberta para o caixa dois, coisa que não pode voltar — criticou.

O senador não quis fazer prognóstico sobre a posição da Câmara em relação à mudança feita pelo Senado para impedir o financiamento empresarial. Segundo ele, agora “é deixar que a Câmara fale”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Novas medidas vão fazer país avançar, opina Eunício

“Se houver confirmação da Câmara dos Deputados, acho que o Brasil deu uma boa avançada.” O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), resumiu dessa maneira a aprovação pelo Senado do projeto de reforma política que acaba com as doações de empresas a candidatos e partidos políticos.

— Acabou o financiamento das empresas. Há um apelo da população nesse sentido. Isso é importante do ponto de vista social. A sociedade vinha cobrando isso, principalmente depois dos processos da Operação Lava-Jato — assinalou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Pimentel, fim de doações reforça combate à corrupção

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), considera que o país vai dar um passo adiante no combate à corrupção ao proibir o financiamento empresarial às campanhas.

— Se você voltar atenção aos vários setores da sociedade civil organizada, à posição dos que combatem a corrupção no Brasil, todos declaram que a grande fonte de corrupção no país é o financiamento empresarial de campanha.

Para o senador, é inaceitável o argumento de que, sem poder contribuir de modo legal, as empresas possam caminhar para doações por caixa dois.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Financiamento por pessoa jurídica devia continuar, diz Cássio

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apontou como positivas as mudanças contidas no projeto de reforma política votado no Senado. Ele mencionou o barateamento das campanhas, o fim das coligações e a redução do tempo de televisão e do tempo de campanha, entre outros aspectos.

O parlamentar, no entanto, disse ontem que não concorda com a proibição da doação de empresas às campanhas.

— Eu já recebi financiamento empresarial e meu mandato é legítimo, autônomo, exercido com coerência, autonomia e independência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Texto do Senado dificulta caixa dois, acredita Gurgacz

Líder do PDT no Senado, Acir Gurgacz (RO) se disse otimista com o projeto de reforma que a Casa acaba de votar, sobretudo com a proibição de doações de empresas a candidatos e partidos políticos. Ele reconheceu que ainda há risco de tentar-se burlar a lei, mas frisou que caixa dois depende muito das pessoas e das dificuldades a elas impostas e que a reforma dificulta isso.

Ele também disse que não há como a lei prever além do que está no texto aprovado.

— Foram proibidas as doações de empresas. Mais do que isso, o que se pode fazer? Quem quiser burlar a lei vai tentar. Caberá à fiscalização impedir que isso aconteça.

Roberto Rocha agradece aprovação de emenda

Roberto Rocha (PSB-MA) agradeceu a acolhida de emenda dele ao PLC 75/2015. Segundo explicou, a mudança proposta só permite que o detentor de mandato eletivo troque de partido político um ano antes das eleições seguintes.

— É inadmissível que alguém se eleja e já mude de partido no início do mandato — sustentou, observando que o país já conta com cerca de 40 partidos registrados e mais 30 reivindicando registro.

Rocha ainda citou indicadores sociais das regiões brasileiras, lamentando que a pior situação seja no Maranhão.



Genaldino Magela/Agência Senado

Comissão da Agenda Brasil começa a trabalhar

Grupo que vai analisar a série de propostas destinadas a retomar o crescimento marcou para terça abertura das atividades. Projetos terão prioridade de votação no Senado

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional reúne-se na terça-feira, às 14h30, para apresentação do plano de trabalho. O grupo foi criado para examinar os projetos da Agenda Brasil, que propõe soluções para promover o desenvolvimento nacional e cujos itens terão votação prioritária no Senado.

A comissão será presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) e terá como relator o senador Blairo Maggi (PR-MT). O primeiro vice-presidente do colegiado é o senador Romero

Jucá (PMDB-RR).

Presente à instalação da comissão na última terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu a criação de sub-relatorias como forma de dar agilidade à discussão e à votação dos projetos. Os sub-relatores serão indicados após entendimento entre as lideranças partidárias.

Renan voltou a defender o papel da Agenda na superação da crise. Ele disse que pediu “incondicional apoio” da presidente Dilma Rousseff à iniciativa.

— Os ciclos históricos de maior gravidade não permitem omissões — declarou.



Renan participou da instalação da comissão e, ao lado dos senadores Lira e Jucá, defendeu a Agenda na superação da crise

Ferraço culpa União por endividamento de estados

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) anunciou ontem em Plenário que vai sugerir uma discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o quadro de endividamento dos estados, agravado pela aprovação de diversas operações de crédito avalizadas pela União. Segundo revelou, foram autorizadas 51 operações de crédito, totalizando R\$ 30 bilhões, mesmo para estados com baixa classificação para obtenção desses empréstimos.

— A dívida líquida dos estados passou de 9,2% do PIB em 2011 para 10,2% em 2015. Entre 2012 e 2014, a Receita Corrente Líquida dos estados só cresceu 0,5% em termos reais, enquanto, no mesmo período, a dívida consolidada subiu dez vezes mais [5%].



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Donizeti elogia medidas econômicas do Tocantins

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO) defendeu ontem a adoção de medidas pelo governo do Tocantins para sanear as finanças do estado.

Apesar das críticas dos deputados estaduais, Donizeti disse que a iniciativa teve o apoio do empresariado, mesmo com a inclusão de um aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

— Ao gestor público não compete apenas tomar medidas fáceis e agradáveis. Ele foi eleito para solucionar os problemas — afirmou.

O senador destacou que o pacote governamental também envolve cortes na máquina pública.

No pronunciamento, Donizeti acrescentou que a intenção das medidas é equilibrar as finanças e retomar o crescimento.

Lasier critica descaso com crise no Rio Grande do Sul

Lasier Martins (PDT-RS) reclamou em pronunciamento ontem no Plenário do que considera um descaso demonstrado pela União em relação à crise enfrentada pelo governo do Rio Grande do Sul.

— A dívida pública chegou a R\$ 61 bilhões e faltam, todos os meses, R\$ 400 milhões para fechar as contas — disse Lasier, acrescentando que o estado gasta 75,5% da receita com a sua folha de pagamento de ativos e inativos.

Os senadores Ana Amélia (PP-RS) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) se solidarizaram com o drama enfrentado pelo povo gaúcho e observaram que situação semelhante já é enfrentada por outros entes da Federação.



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia: Expointer destoa de crise no RS

A senadora Ana Amélia (PP-RS) celebrou em Plenário a realização da Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer 2015) no Rio Grande do Sul. A senadora observou que o ambiente retratado na feira é diferente do de crise enfrentado pelo estado.

— A agricultura é o único setor que vem dando boas notícias e precisa de um olhar mais atento dos governos.

Em aparte, o senador Dário Berger (PMDB-SC) se solidarizou com as dificuldades do estado e elogiou a atuação da bancada gaúcha na busca de saídas para a crise.

Ana Amélia aproveitou para apoiar pedido do senador Lasier Martins (PDT-RS) para sessão especial de homenagem aos 120 anos do jornal *Correio do Povo*.

Proposta busca diminuir burocracia na administração pública

Está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União.

Do senador licenciado e atual ministro da Indústria e do Comércio Exterior, Armando Monteiro (PTB-PE), o PLS 214/2014 faz parte da Agenda Brasil, pacote de medidas contra a crise em análise no Senado.

Pelo texto, que recebeu voto favorável da relatora na CCJ, Gleisi Hoffmann (PT-PR), órgãos e entidades do Executivo, Legislativo e Judiciário devem, na relação com o cidadão, se balizar por princípios como a presunção de boa-fé e de veracidade, pela redução dos custos da administração pública e pela simplificação dos métodos de controle.

Ao justificar a proposta, Monteiro deu dois exemplos: hoje o reconhecimento de firma em cartório tornou-se mais

importante e autêntico do que a presença do próprio signatário. E uma conta de água ou de luz tem mais credibilidade do que a declaração de endereço residencial feita pelo cidadão.

Para ele, a burocracia faz “exigências absurdas e absolutamente desnecessárias” e traz transtornos, dificuldades e despesas para o cidadão.

Autenticidade

Ao dispensar o reconhecimento de firma em cartório, o projeto delega ao agente público o poder de confrontar a assinatura apresentada pelo cidadão com a de documentos pessoais de identidade. Ou de atestar autenticidade de cópias comparando-as com o documento original.

O projeto também veda a exigência de prova relativa a fato que já tiver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

Se o cidadão estiver impedido de comprovar um fato, ele



Para Gleisi, relatora, projeto vai agilizar prestação de serviço público

poderá escrever e assinar uma declaração, estando sujeito a penas administrativas e criminais caso ela seja inverídica.

Para a relatora, a proposta é positiva ao conferir mais base legal para o administrador desburocratizar e agilizar os serviços prestados pela administração pública. Gleisi apresentou, no entanto, duas emendas ao projeto.

A primeira retira do texto trecho que propõe a substituição

do controle prévio do processo pelo controle posterior para identificação de fraudes ou falhas.

A segunda emenda exclui o inciso que dispensa a apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes ao embarque. Segundo ela, isso dificultaria a viagem de volta da criança.

O texto será votado em decisão final na CCJ.

Marcada para o dia 22 análise de vetos presidenciais

A próxima sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais será no dia 22 de setembro, uma terça-feira, a partir das 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Da pauta da sessão fazem parte quase 30 vetos a projetos aprovados pelo Legislativo. Entre eles, os que tratam de temas como o reajuste dos servidores do Judiciário, o aumento dos aposentados e a flexibilização do fator previdenciário.

Na quarta-feira, a sessão chegou a ser aberta, mas foi encerrada por falta de quórum. A derrubada de um veto exige apoio da maioria dos senadores (41) e dos deputados (257) em sessão conjunta do Congresso.

De acordo com o repórter Andrew Jennings, João Havelange deu início aos esquemas criminosos, que foram mantidos por Joseph Blatter

Corrupção que domina Fifa nasceu no Brasil, diz jornalista colaborador do FBI

O JORNALISTA ESCOCÊS Andrew Jennings, da BBC, afirmou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol que o esquema criminoso que hoje rege o futebol mundial nasceu no Brasil, a partir do modus operandi aplicado por João Havelange a entidades esportivas brasileiras antes de se eleger presidente da Fifa, a entidade máxima do futebol internacional, em 1974.

— Começou na década de 70, quando Havelange se elegeu pela primeira vez. Joseph Blatter [o atual presidente] foi seu principal assessor e deu continuidade ao esquema.

Jennings é o autor dos livros que serviram de base para que o FBI (a Polícia Federal dos EUA) realizasse investigações sobre crimes relacionados ao futebol. As investigações levaram à prisão de diversos dirigentes do esporte em nível mundial, entre eles, o ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) José Maria Marin.

Jennings colabora com o FBI desde 2009. Ele afirmou que esses contratos podem ser a chave para desnudar um grande esquema de corrupção:

— Por que a seleção quase



Jennings fala à CPI, ao lado de Romário (C) e Paulo Bauer: "Corrupção na Fifa começou na década de 70, com Havelange"

nunca joga em seu próprio país? É preciso saber o que está por trás desses contratos.

Para o jornalista, a Polícia Federal e o Ministério Público deveriam investigar mais o futebol brasileiro, o que, no seu entendimento, traria benefícios para a sociedade. Ele disse não entender por que essas instituições não colaboram com o FBI e a polícia suíça.

— Vocês têm tudo para fazer isso, dar um banho de investigação. Têm um corpo técnico de excelência, especialistas em transações financeiras e lavagem de dinheiro. São até melhores que o FBI.

E ainda brincou, referindo-se à derrota do Brasil para a Alemanha na Copa de 2014:

— Se vocês fizerem isso, nunca mais perdemos de 7 a 1.

No depoimento à CPI, Jennings disse acreditar que as multas a serem aplicadas à Fifa, fruto das investigações do FBI, poderão levar a entidade à falência.

Ele garante que o esforço empreendido pelos EUA e pela Suíça nesse caso "ainda não chegou à metade e mais gente vai ser presa".

— Neste momento, os investigadores estão na Inglaterra, na própria Suíça e na Ásia, onde os casos de corrupção são inúmeros.

O jornalista sugeriu que Blatter tem ligações com a máfia russa e afirmou o seguinte aos assessores da CBF que acompanharam seu depoimento na comissão:

— Fiquem até o fim, voltem para o Rio, fechem aquela

entidade e a reabram redemocratizada para a sociedade brasileira.

Novo requerimento

Após a audiência, o presidente da CPI do Futebol, Romário (PSB-RJ), anunciou que vai refazer os pedidos de acesso aos contratos da CBF relacionados à negociação dos jogos da Seleção Brasileira.

Os requerimentos também tratam de contratos com patrocinadores, que deverão especificar cada empresa e o período de vigência. O objetivo é fazer um contraponto à liminar obtida pela CBF no Supremo Tribunal Federal (STF) que a desobriga de enviar os documentos à CPI.

— É mais um sinal de que eles têm o que esconder — disse ele.

Wellington critica mudança em contrato da Caixa com lotéricas

Wellington Fagundes (PR-MT) criticou a decisão da Caixa Econômica Federal de alterar,



unilateralmente, os contratos de prestação de serviço firmados com as casas lotéricas. Ameaça semelhante estaria rondando, acrescentou, os taxistas, que correriam o risco de perder a vitaliciedade de suas permissões.

— Esperamos encontrar um termo adequado para não causar prejuízo a quem tem licença para lotérica. Hoje o taxista corre o mesmo risco, pois o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público estão exigindo que se faça licitação de pontos que hoje passam de pai para filho. Apresentei PEC [proposta de emenda à Constituição] para que este serviço continue sendo de utilidade pública como permissionário — adiantou Fagundes.

O apelo em prol dos taxistas recebeu o apoio dos senadores Reguffe (PDT-DF), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e José Medeiros (PPS-MT). Ferraço chegou a sugerir que a situação das lotéricas seja debatida em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Rose aponta falta de base legal para devolução do Orçamento

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), voltou a afirmar ontem que não existe base legal para o Congresso devolver ao governo a proposta orçamentária de 2016, que prevê déficit primário de R\$ 30,5 bilhões.

A posição está baseada em nota técnica emitida pela CMO e elaborada pela Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado. O documento ressalta que a presidente da República, Dilma Rousseff, poderá propor modificações ao Orçamento antes da votação do parecer preliminar pela comissão.

Segundo texto publicado no site da senadora, Rose defendeu em reunião com líderes partidários uma solução compartilhada entre governo e Con-

gresso para equilibrar o Orçamento.

— O momento de crise na economia não permite a instalação de uma guerra ideológica ou partidária aqui no Congresso, pois, se o Brasil perder o selo de bom pagador de sua dívida, as consequências serão ainda mais prejudiciais — alertou.

Na expectativa de o governo enviar um ajuste nas previsões de receitas e despesas, os líderes não chegaram a consenso sobre esperar ou analisar a proposta orçamentária, entregue na segunda-feira ao Congresso.

Na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o governo vai enviar um adendo à proposta do Orçamento, mas não antecipou data.

Uma das tarefas da comissão é compatibilizar as previsões do projeto de

Lei Orçamentária Anual (LOA), que é a proposta orçamentária, com a meta de superávit primário indicada no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O parecer final do deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE) prevê, para 2016, superávit de R\$ 43,8 bilhões para o setor público.

Depois de enviar a proposta de Orçamento, o governo sinalizou que deve alterar a meta da LDO, que deveria ter sido votada no primeiro semestre, mas não foi analisada. A estimativa da comissão mista é de que o déficit seja maior que o informado pelo governo, podendo chegar a R\$ 64 bilhões.

Os parlamentares acreditam que o impasse na CMO pode ser minimizado com a vinda do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, à comissão,

marcada para quinta-feira.

Ontem, enquanto parte de críticos ao governo se manifestaram para aguardar uma posição do Planalto, partidos aliados adotaram o apelo por serenidade.

O relator da Lei Orçamentária Anual, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse que o parecer dele vai contemplar a visão da maioria do colegiado, que terá de alterar e aprovar o Orçamento. Contudo, ele voltou a defender que era possível fazer mais cortes.

— Muito do que poderia ser cortado não foi por questões ideológicas, para não cortar de programas criados pelo governo. Não teríamos dificuldade alguma em passar a tesoura em R\$ 30 bilhões — afirmou.

(Com informações da Agência Brasil)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

CPI do Carf: depoente relata saques milionários

Ex-funcionário de empresas investigadas por manipulação de julgamentos no conselho disse que grandes somas de dinheiro eram levadas para escritório da SGR Consultoria

A ADVOGADA E ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra e o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau frequentaram por pelo menos seis meses, entre 2011 e 2012, o escritório das empresas J. R. Silva e SGR Consultoria Empresarial, apontadas como peças principais do esquema de manipulação de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Eles teriam se reunido semanalmente com José Ricardo Silva, ex-conselheiro e dono das empresas, e Alexandre Paes dos Santos, sócio da empresa Davos, ambos investigados pela Operação Zelotes, da Polícia Federal.

A revelação foi feita ontem por Hugo Rodrigues Borges, espécie de “faz-tudo” nas empresas de José Ricardo, em depoimento na CPI que investiga irregularidades no Carf. Borges trabalhou por quase dez anos para a SGR, J. R. e Agropecuária Terra Fértil, entre outras empresas de José Ricardo e sua família.

Além de Erenice e Rondeau, que já haviam deixado seus cargos no governo à época dos encontros, José Ricardo e Alexandre também teriam se reunido no período com o ex-governador do Ceará Cid Gomes, de acordo com Borges.

— Começaram [Erenice e Rondeau] a se afastar porque andou repórter lá na frente — contou Borges, que negou saber os temas das reuniões.

A Operação Zelotes investiga



Borges com Ataídes e Vanessa na CPI: Erenice Guerra e Silas Rondeau teriam frequentado empresas, disse ex-funcionário

se, por meio dessas empresas, conselheiros cobravam propina para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos devidos por empresas à União. Ford, Mitsubishi, Santander e RBS, afiliada da Globo, são algumas das empresas que teriam se beneficiado do esquema.

Borges contou que buscava e levava processos do Carf para José Ricardo e fazia saques a pedido dele em diferentes contas. O dinheiro, colocado em envelopes, era levado para o escritório da SGR Consultoria, que funcionava em área nobre de Brasília, onde também ficava a sede de outras empresas.

O ex-funcionário contou que recebia R\$ 1,2 mil por mês, mas chegou a sacar R\$ 1,2 milhão em uma semana para José Ricardo. Era comum, contou, retirar mais de R\$ 400 mil em cada operação. Ao todo, ele estima ter movimentado mais de R\$ 5 milhões. O dinheiro era

levado ao escritório da SGR.

— Entregava a Glegiane, que recebia ordem do José Ricardo. Às vezes vinham duas pessoas em um dia, no outro vinham mais. O dinheiro sumia rápido.

Tão rápido, afirmou Borges, que a empresa chegava a ficar sem dinheiro para pagar conta de energia elétrica e mesmo os funcionários. O ex-funcionário disse que estranhava a movimentação, mas seguia ordens.

Transações

Além de Borges, também compareceram à CPI Flávio Rogério da Silva, irmão de José Ricardo, e Edson Pereira Rodrigues, ex-presidente do Carf.

Flávio é sócio de José Ricardo na Terra Fértil. Mesmo amparado por habeas corpus, o engenheiro agrônomo resolveu falar e sustentou que não sabe nada sobre o funcionamento do Carf. Ele admitiu, contudo, que movimentava elevadas somas de dinheiro em sua conta

e revelou que tomava e dava empréstimos para o irmão. De acordo a relatora da CPI, senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), foram mais de 90 transações entre os dois, totalizando aproximadamente R\$ 6 milhões. Nenhuma delas foi declarada à Receita Federal.

— Se não há declaração, é porque o montante que foi é o montante que veio. Um empréstimo para uma lavoura de café é em torno de R\$ 1 milhão. É R\$ 1 milhão a parte do meu irmão e R\$ 1 milhão a minha parte. São 80 hectares do meu irmão e 80 hectares meus. [...] Então, quando ele empresta, depois eu devolvo. Quando eu empresto, ele devolve — disse Silva.

Vanessa e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) cobraram a apresentação dos balanços da agropecuária Terra Fértil. Segundo Ataídes, as movimentações financeiras da empresa são típicas de lavagem de dinheiro.

Já Edson Rodrigues disse que recebeu com surpresa as suspeitas de manipulação de julgamentos realizados pelo Carf. Rodrigues, que presidiu o órgão entre 1995 e 2004, se recusou a responder a perguntas sobre e-mails e gravações que apontariam seu envolvimento. Disse que desde 2007 não é mais sócio da SGR, considerada central no esquema.

— Os honorários eu continuei recebendo dos processos de que eu fazia jus. Até 2011 andei recebendo alguma coisa.

A filha dele, Meigan Sack Rodrigues, também seria ouvida ontem, mas apresentou atestado médico. Ex-conselheira do Carf, ela é sócia do pai em um escritório de advocacia.

A reunião da CPI ocorreu no mesmo dia em a Operação Zelotes fez buscas e apreensões em nove escritórios de contabilidade no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Distrito Federal. As buscas foram feitas pela Polícia Federal, Receita Federal e Corregedoria do Ministério da Fazenda, para recolher documentos contábeis de empresas investigadas.

Para Ataídes, presidente da CPI, os depoimentos ajudam nas investigações. Prevista para acabar neste mês, a comissão teve seus trabalhos prorrogados até dezembro.

— Vamos ter que quebrar sigilos bancários. Saber de onde saiu o dinheiro, nós já sabemos. Agora precisamos saber aonde é que esse dinheiro chegou — disse.

Proposta beneficia municípios com hidrelétricas



Projeto que prevê compensação aos municípios geradores de energia elétrica com aumento da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será analisado na quarta-feira pela Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.

Do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o projeto (PLS 525/2015) tem o objetivo de compensar a perda de receita dos municípios com usinas hidrelétricas instaladas e que foram afetados pela Medida Provisória (MP) 579/2012, que reduziu as tarifas de energia elétrica.

A Lei 12.783/2013, proveniente da conversão da MP, ofereceu às concessionárias de geração de energia elétrica a possibilidade de prorrogar a concessão mediante redu-

ção das tarifas praticadas — o que, em consequência, reduz também as receitas das empresas. Bezerra lembra que a aplicação da lei resultou na queda de até 70% do preço de venda da energia.

O Brasil tem 175 municípios-sede de usinas hidrelétricas. Até o momento, 18 sofrem prejuízos, segundo o senador. Ele lembra que as perdas tendem a aumentar, uma vez que a apuração do índice de participação do ICMS usa valores com defasagem de dois anos. “Apenas em 2016 o valor total do prejuízo será conhecido. Mas já é possível afirmar que o impacto promete ser substancial”, alerta o senador na justificativa do projeto.

Bezerra também explica como é feito o cálculo do coeficiente de participação de cada município na receita do ICMS, de competência estadual, que depende do

valor adicionado apurado no respectivo município.

A proposta do senador é de que o valor da produção de energia por usina hidrelétrica considere o preço médio da energia hidráulica comprada pelas distribuidoras — calculado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) — para apuração do valor adicionado nas operações realizadas no município, utilizado no cálculo da proporção que lhe cabe da distribuição de parcela da arrecadação do ICMS.

“Afim, não faz sentido reduzir a participação de um município na receita de ICMS apenas porque a lei impõe às usinas neles instaladas que pratiquem preços inferiores aos praticados por usinas localizadas em outros municípios”, observa Bezerra.

A proposta ainda aguarda parecer do relator, Walter Pinheiro (PT-BA).

Comissão de Ciência e Tecnologia vai discutir proteção de dados pessoais

A proposta que cria normas de proteção de dados pessoais pode ser votada na próxima semana na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou ontem seu substitutivo, mas pedido de vista coletiva adiou a discussão do texto.

Aloysio relatou três projetos que tratam do tema e tramitam em conjunto: PLSs 330/2013, 131/2014 e 181/2014.

— O objetivo é criar normas para evitar que dados pessoais que trafegam pelas redes de informação sejam comercializados, publicados ou utilizados sem consentimento — disse.

O senador citou casos de uso indevido dessas informações e de violação de privacidade.

— Diversos países já adotaram leis que dispõem sobre o tratamento dos dados pessoais. O Brasil não pode

mais tardar em editar uma lei assegurando proteção aos cidadãos e oferecendo segurança jurídica às corporações públicas e privadas — disse.

O texto torna obrigatório o prévio consentimento do titular sobre coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais. O titular também terá o direito de requerer a exclusão definitiva dos seus dados pessoais armazenados.

O relator prevê a responsabilização dos agentes envolvidos no armazenamento, tratamento e transferência dos dados.

Entre as punições por descumprimento das regras, estão cancelamento do banco de dados, multa de até 5% do faturamento do grupo econômico e intervenção judicial.

Após a votação pela CCT, o substitutivo vai às Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Cortar embaixadas não é solução, diz Vieira

Ministro das Relações Exteriores acredita que as representações diplomáticas criam oportunidades comerciais e que o caminho contra a crise no Itamaraty é racionalizar gastos

PARA O MINISTRO das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reduzir o número de embaixadas brasileiras no exterior não vai resolver a crise financeira do Itamaraty. A instituição vem sofrendo com cortes orçamentários impostos pelo governo e com a crescente desvalorização do real frente ao dólar.

O ministro, que participou de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), disse ser contra o fechamento de postos já existentes e afirmou que tal estratégia já foi feita antes, mas gerou mais prejuízo e, um ano e meio depois, foi preciso reabrir as embaixadas.

— É muito mais importante racionalizar os gastos. A presença do Brasil nos países caribenhos, por exemplo, abriu portas e criou oportunidades comerciais. Enquanto puder, resistirei à proposta de fechar

representações — afirmou.

A questão havia sido levantada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que sugeriu a acumulação de cargos para embaixadores em países menores e com os quais o Brasil tenha poucas relações comerciais. Tasso e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) mostraram-se preocupados com relatos de atrasos de aluguéis pagos pelo Itamaraty no exterior e com a inadimplência do Brasil diante de organismos internacionais. Eles solicitaram uma lista com as dívidas do país.

Venezuela

Outro tema abordado na audiência foi a eleição parlamentar da Venezuela. Os senadores da CRE cobraram a presença do Brasil atuando como observador, a fim de garantir a lisura do processo. O ministro disse estar confiante: — Os sinais são positivos. As



Mauro Vieira: o Brasil e a Unasul estão acompanhando as eleições na Venezuela

eleições foram marcadas para 6 de dezembro e continuamos trabalhando em missão de acompanhamento pela Unasul. O governo brasileiro e a Unasul querem participar desse esforço para resguardar a ordem constitucional — explicou.

José Agripino (DEM-RN) aproveitou para ler uma carta da ex-deputada venezuelana

Maria Corina criticando a opressão do governo Nicolás Maduro e pedindo a intervenção do Brasil nas eleições. Segundo ele, a carta foi enviada à presidente Dilma Rousseff, que não respondeu.

Os rumos da política externa brasileira geraram discussão. Tasso Jereissati (PSDB-CE) acusou o governo de adotar

uma estratégia mais ideológica do que pragmática na relação com outros países.

— Nossa política internacional deveria estar, desde 2002, virada para o mundo desenvolvido, com todo respeito e sem nenhum preconceito com os países mais pobres. Mas essa é a visão que devemos ter sob o ponto de vista comercial. Mas a estratégia até agora tem sido mais ideológica do que pragmática, com privilégio a países com afinidade com o atual governo — reclamou.

Já para Lindbergh Farias (PT-RJ), foi fundamental o Brasil ter “se livrado” da dependência dos Estados Unidos.

— Isso refletiu na melhoria do nosso desempenho comercial. Não se trata de questão ideológica, mas comercial. Não tenho posição contrária aos Estados Unidos, mas é preciso entender que o mundo mudou — opinou.

Avança indicação de diplomatas para Bolívia e Honduras

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as indicações de Breno de Souza Brasil Dias da Costa e de Raymundo Santos Rocha Magno como embaixadores em Honduras e na Bolívia, respectivamente. Os nomes ainda terão de passar pelo Plenário para que os indicados possam assumir as funções.

O Brasil está há dois anos sem diplomata na Bolívia, desde que o ex-senador boliviano Róger Pinto Molina, contrário ao governo Evo Morales, fugiu para o Brasil, depois de ter ficado confinado 455 dias na embaixada brasileira em La Paz. O episódio levou à saída do chanceler Antônio Patriota na época.

Para o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que deu suporte à fuga de Molina, a CRE está ajudando o Brasil a “virar a página”:

— Não quero entrar no mérito dos antecedentes que nos levaram a ficar dois anos sem embaixador. Durante esse tempo, nós trabalhamos aqui nesta comissão, mas, infeliz-



O senador Aloysio Nunes Ferreira conduz a sabatina; ao lado dele, os diplomatas Raymundo Magno (E), indicado para a Bolívia, e Breno da Costa, para Honduras

mente, não foi possível. Agora estamos virando a página. A nossa Constituição estabelece que asilo político é uma precondição, que move a nossa política externa. E asilo político não tem sido respeitado pelo presidente Evo Morales.

Raymundo Magno recebeu 13 votos favoráveis e nenhum contra. Durante a sabatina, ele defendeu a construção de um bom relacionamento com os países vizinhos, independentemente da ideologia.

— O Brasil tem um papel preponderante na região e deve desempenhar esse papel para o fortalecimento da integração e do crescimento econômico, com respeito à soberania dos vizinhos e aos princípios democráticos que regem a vida do subcontinente — afirmou.

Crise

Indicado para Honduras, Breno da Costa, que recebeu 9 votos favoráveis e 4 contrários, deu explicações aos senadores

sobre a crise na Guatemala, cujo presidente acaba de renunciar em meio a escândalos de corrupção.

A preocupação de alguns senadores, como Ferraço, é que o clima de instabilidade política se espalhe para outros países da região, como a vizinha Honduras:

— O efeito dominó que isso pode criar é evidente, mas a situação de Honduras não se compara com a da Guatemala, onde a oposição era

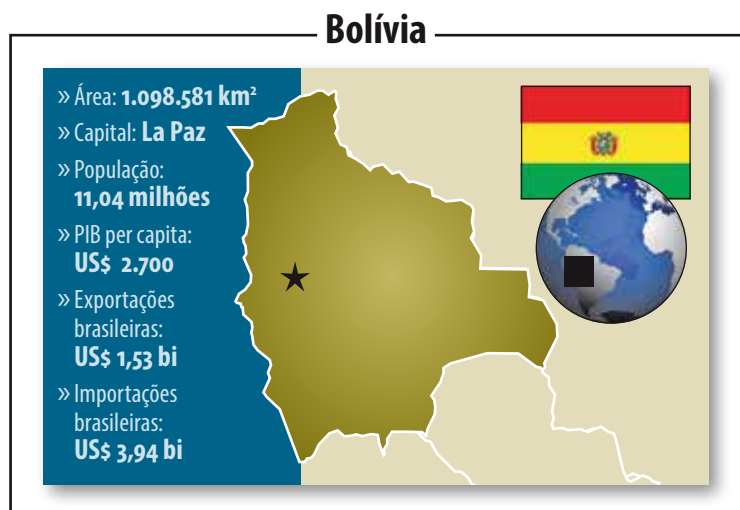
muito maior e mais forte. A renúncia ou até mesmo um impeachment já era previsível.

O diplomata lembrou que, entre 2009 e 2011, Honduras viveu um período de instabilidade política, com uma crise séria, que resultou na saída do ex-presidente Manuel Zelaya do poder.

— O país chegou a ser suspenso da OEA [Organização dos Estados Americanos] e a situação só se reverteu com o Acordo de Cartagena, em 2011, quando foram criadas condições para retomar a normalidade da sua situação política — explicou.

Costa também lembrou que a América Central é tida como área de influência do México e dos EUA e talvez o Brasil não tenha dado atenção devida à região.

— Se aprovado, vou atuar para mudar um pouco a situação, mostrando o potencial do Brasil e a importância de uma relação mais próxima com aquelas nações.



Fonte: www.brasilexport.gov.br e CIA World Factbook